

# Diário da Serra

www.facebook.com/jornalds

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

ANO XXVI // EDIÇÃO Nº 11.362  
TANGARÁ DA SERRA - MT - BRASIL  
13 DE ABRIL DE 2023

R\$ 2,00

Quinta-feira

diariodaserra.com.br  
ds.jor.br

DIÁRIO  
HOJE



8 PÁGINAS+  
CADERNO B

## COTAÇÃO



DÓLAR  
COMPRA: R\$ 4,94  
VENDA: R\$ 4,94



EURO  
COMPRA: R\$ 5,43  
VENDA: R\$ 5,43

## ARROBA DO BOI GORDO

TANGARÁ DA SERRA - MT



BOI  
R\$ 247,86  
VACA  
R\$ 223,96

## TEMPO



MAX 30º  
MIN 21º

Sol e aumento de nuvens de manhã.  
Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Envie Pautas, Fotos  
Sugestões e Vídeos  
para o whatsapp do  
DIÁRIO DA SERRA  
(65) 3326.4724



CENTRAL DO  
ASSINANTE  
(65) 3326.6501



Fotografe o  
QR code ao lado  
e acesse a página  
do site do seu  
jornal DIÁRIO  
DA SERRA

POR UMA PRÁTICA  
SUSTENTÁVEL RECICLE.  
PASSE ESTE JORNAL



A reunião aconteceu na sede da Prefeitura Municipal

# Executivo e Segurança se reuniram para debater sobre ameaças de ataques a escolas

**SEGURANÇA EM AÇÃO** Estiveram presentes membros do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) **P3**

## CADASTRO

### Sema apresenta ferramenta de regularização ao Serviço Florestal

O módulo irá beneficiar 670 assentamentos entre estaduais e federais **P2**

## UNANIMIDADE

### Portal com detector de metal nas escolas é aprovado

Acesso será condicionado à passagem pelo detector de metais **P4**

## CAPACITAÇÃO

### Secretaria de Saúde inicia qualificação para servidores

Nova Lei de Licitações e Contratos é o objetivo da oficina que acontece até junho **P5**

## PREVENÇÃO

### Vigilância em Saúde Ambiental realiza campanha contra dengue

Palestras ressaltam a importância da responsabilidade coletiva nos cuidados **P5**

Férias  
Inviolável  
é + paz e  
tranquilidade



INVIOLÁVEL  
MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Tangará da Serra - MT | 65 3311.3311

Leia o QR Code e  
coloque a Inviolável  
no seu roteiro de verão

inviolavel.com



DS

ARTIGO

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Após 30 anos, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 vai “cair”. A tão conhecida Lei de Licitações, só poderá nortear os editais da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para aquelas licitações que tiveram o edital publicado até o fim de 2023, conforme acórdão recente do Tribunal de Contas da União.

Ou seja, muito em breve, todo agente/servidor público que for realizar novo edital licitatório, será obrigado a utilizar a Nova Lei de Licitações nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Vale ressaltar que a nova Lei não se aplica a empresas públicas (Caixa Econômica, BNDES, etc), sociedades de economia mista (Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, etc) e estatais regidas pela Lei 13.303/2016 (“Lei das estatais”: Embrapa, Infraero, etc). Mas qual o contexto histórico sobre o tema? Qual o legado que a Lei 8.666/93 vai deixar?

A evolução histórica sobre licitações no país começou através do Decreto nº 2.926 de 14 de maio de 1862, que, apesar de ser uma regulamentação incompleta, já que não alcançava todos os órgãos governamentais, ela foi um “marco” para as legislações seguintes.

Em seguida, surge o Decreto-Lei nº 4.536 de 28 de janeiro de 1922. Com apenas 20 artigos, foi através dessa Lei que se iniciou a obrigação de publicar em Diário Oficial todas as informações editalícias aos interessados, semelhante aos princípios da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório, aplicáveis atualmente. Logo após, surgiu o Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, a Lei nº 5.456 de 20 de junho de 1968 e o Decreto-Lei nº 2.300 de 21 de novembro de 1986, que foi a Lei que norteou a Lei nº 8.666/93.

No entanto, foi através da Constituição Federal de 1988 que a 8.666/93 “nasceu”, afinal, foi a primeira vez que uma Constituição Brasileira tratou sobre licitações e contratações.

Ela foi aprovada após anos de discussão no Congresso Nacional entre parlamentares, estudiosos e sociedade civil e, a principal função dela, era acabar com o mal direcionamento das licitações e contratos e, por sua vez, com a corrupção que vinha acompanhada.

Tanto é que, no início, a Lei sofreu muita resistência de políticos e de órgãos contratantes, pelo fato dela combater más intenções nas compras públicas. Ressalta-se: somente a União tem competência para legislar sobre 8.666/93.

Através da 8.666/93, ficou regulamentado as cinco modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Através da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, surgiu a modalidade pregão, tendo com o objetivo a aquisição de bens e serviços comuns.

Outra “modalidade” que surgiu nas compras públicas, foi regulamentada, através da “controversa” Lei nº 12.462 de 4 de agosto de 2011, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, com o objetivo de atender às necessidades de contratações para obras destinadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, e da Copa do Mundo FIFA de 2014, além de obras de infraestrutura aeroportuária em capitais distantes até 350 quilômetros daqueles eventos esportivos. Essas três leis citadas, serão substituídas pela Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Entre as principais mudanças na Nova Lei, está a retirada das modalidades tomada de preços e convite, substituídas por pregão (anteriormente, previsto apenas em Lei específica) e diálogo competitivo.

As modalidades concorrência, concurso e leilão continuam na Lei nº 14.133/2021. Outra alteração importante na nova Lei, é relacionada aos critérios de julgamento do processo licitatório, considerando que, na Lei nº 8.666/93 prevê os critérios de menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta.

Na nova Lei, mais especificamente no Art. 6º Inc. XXXVIII, os novos critérios são: menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico e maior desconto. Além disso, mudanças no credenciamento, prazos, novas faixas de valores à contratação de cada modalidade, foram alteradas com a nova Lei. Alterações que serão discutidas em outro artigo.

Portanto, a nova Lei de Licitações 14.133/2021 trouxe novidades e modernização para as contratações públicas, entre elas: a licitação em formato eletrônico passa a ser regra, otimização dos processos, redução dos custos operacionais, e, poderá constar no edital de licitação, percentual mínimo da mão de obra do objeto para contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, conforme regulamenta o Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, que “dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações”.

Filipe Meirelles é servidor público, chefe do Departamento de Licitações

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da  
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões  
78302-028 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões  
e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 3326-4724

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia,  
Barra do Bugres, Porto Estrela,  
Campo Novo do Parecis,  
Sapezal, Denise, Arenópolis,  
Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará  
da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Sema-MT apresenta ao Serviço Florestal Brasileiro ferramenta para regularizar assentamentos



Novo módulo possibilita a análise dinamizada de CARs de assentamentos de MT

O módulo irá beneficiar 670 assentamentos

LORENA BRUSCHI / Sema - MT

O Governo de Mato Grosso apresentou ao novo diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Garo Batmanian, e ao diretor de Regularização Ambiental Rural, Marcus Alves, o módulo do Sistema Mato-grossense de Cadastro Ambiental Rural (Simcar), que visa a análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos assentamentos rurais. A agenda ocorreu nesta terça-feira, 11 de abril, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), na sede do

Ministério da Agricultura, em Brasília (DF).

A ferramenta está em fase final de desenvolvimento pela Sema e, assim que implementada, Mato Grosso será o primeiro Estado a efetivar a regularização ambiental dos imóveis rurais de assentamentos. O módulo irá beneficiar 670 assentamentos do Estado, entre estaduais e federais.

Conforme o diretor-geral do SFB, a implementação e operacionalização do CAR são desafios ao órgão federal. Será formado um grupo de trabalho com a participação do órgão ambiental estadual e da nova gestão do Ministério do Meio Ambiente para avançar na pauta.

Além de aumentar a regularidade ambiental

no campo, o Cadastro Ambiental Rural devidamente validado contribui para que as famílias assentadas possam obter licenças ambientais, acesso ao crédito rural e a valorização do imóvel.

O desenvolvimento da solução teve a contribuição do Ministério Público Estadual, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat).

Mato Grosso investiu em tecnologia, revisão de procedimentos internos e contratação de pessoal nos últimos anos para melhorar os resultados práticas da regularização ambiental. Com isso, o estado já analisou, até o mês de março de 2023, mais de 68 mil cadastros dos cerca de 130 mil.

OPORTUNIDADE

Governo e Fecomércio lançam FIT Pantanal 2023 nesta quinta

DÉBORA SIQUEIRA / Sedec - MT

O Governo de Mato Grosso e o Sistema Fecomércio lançam a Feira Internacional do Turismo (FIT) Pantanal 2023 nesta quinta-feira, 13, às 15h30, no salão Garcia Neto, no Palácio Paiaguás. Estarão presentes no evento o governador Mauro Mendes e o presidente da Fecomércio -MT, José Wenceslau de Souza Júnior.

A FIT Pantanal 2023 será realizada entre os dias 4 e 7 de maio, no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá, e terá uma programação com palestras, apresentações culturais e gastronômicas, com o objetivo de promover, divulgar e fomentar os produtos turísticos do Estado em nível nacional e internacional.

Estão previstas mais de 50 oportunidades de treinamentos, oficinas, reuni-

ões e capacitações para os profissionais do turismo. Além de rodadas de negócio para promover a comercialização de produtos turísticos.

A FIT conta com apoio institucional da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e das Prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande, e parceria do Sebrae. Também tem apoio de 12 entidades ligadas ao setor de turismo em Mato Grosso.



UNANIMIDADE

# Portal de segurança com detector de metal nas escolas municipais

## Acesso será condicionado à passagem pelo detector de metais

ASSESSORIA / Redação DS

Como alternativa de prevenção a violência nas escolas, os vereadores aprovaram projeto de lei que torna obrigatória a instalação de portais com detectores de metais nas unidades da rede pública municipal.

Segundo o Projeto de Lei (PL nº 09/2023) de autoria dos parlamentares Eduardo Sanches (REPUBLICANOS), Ademir Anibale (MDB), Horácio Pereira (UB) e Fabio Brito (PSDB), o acesso às unidades de ensino será condicionado à passagem pelo detector de metais, “os detectores de metais fixos

deverão ser instalados nas entradas dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal, devendo os alunos e funcionários, bem como todas as pessoas que adentrarem às unidades, serem submetidos aos referidos equipamentos”, cita trecho do projeto que tramitou em discussão única e obteve

“  
**As pessoas que adentrarem as unidades, serão submetidos aos referidos equipamentos**

aprovação unânime do parlamento municipal, com 11 votos favoráveis, e segue para sanção do Exe-

cutivo, que terá 120 dias, prazo determinado na proposta, para enquadrar todas as escolas a medida.

De acordo com um dos proponentes do projeto, vereador Eduardo Sanches a decisão foi reforçada pelos últimos acontecimentos que ocorreram em escolas, com a morte de uma professora em uma das ações criminosas e outra que vitimou quatro crianças. “Nós entendemos a complexidade do assunto e esse é um primeiro passo que a Câmara Municipal avança nessa questão”, destaca o vereador, ao informar que além do projeto apresentou ainda uma cartilha com 11 ações de segurança. “Apresentamos esse material também, com ações que devem ser promovidas pelo Executivo municipal para que se torne tema realmente de políticas públicas e que



Projeto segue para sanção do Executivo

possam ser debatidos ao longo dos anos. Sabemos que não é uma única ação que vai gerar resultado, mas é o primeiro passo para que Tangará se posicione referentes a questão e que a gente possa então avançar com a instalação das portas metálicas que vai aumentar a segurança ofensiva nas creches municipais para pais alunos e equipe pedagógica do nosso município”, ressalta Sanches.

Para o vereador Pro-

fessor Sebastian Ramos, Presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores a aprovação trará ganhos efetivos para todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. “Estamos trabalhando permanentemente no enfrentamento violência onde a patrulha escolar tem se desdobrado na tentativa também de oferecer a sensação de segurança às escolas e ao município”, assegura Sebastian.



Serão, ao todo, 13 operações de fiscalização

## PLANO NACIONAL DO INMETRO

# Ipem fiscaliza balanças, bombas de combustível e instrumentos de medição

## O plano nacional prevê a fiscalização e orientação

GREYCE LIMA / Sedec - MT

O Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso (IPEM-MT) iniciou nesta terça-feira, dia 11, a aplicação do Plano Nacional Vigilância de Mercado do Inmetro, por meio de fiscalizações, para coibir a comercialização irregular de produtos ou instrumentos de medição no mercado formal. As ações ocorrem em todo o Estado até o dia 06 de junho.

Conforme o planejamento, serão, ao todo, 13 operações de fiscalização na Capital e no Interior, ao longo de 90 dias. No período, os fiscais realizam visitas em estabelecimentos comerciais varejistas

e atacadistas, distribuidoras, fábricas, depósitos de importadores e empresas que utilizem instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro. Nesta primeira semana, a operação intensificará as ações na fiscalização de balanças comerciais.

O presidente do IPEM-MT, Bento Bezerra, destacou que a determinação nacional do Plano Nacional Vigilância de Mercado do Inmetro foca no setor

“  
**Operações de fiscalização serão na Capital e no Interior, ao longo de 90 dias**

industrial, e que o planejamento aponta em específico a fiscalização de 13 produtos/instrumentos de medição. “Além de garantirmos a qualidade e segurança destes produtos, vamos combater a pirataria, a comercialização de baixa qualidade que prejudica o consumidor e também as empresas que produzem esses instrumentos. Esse trabalho foi desenvolvido para fortalecer ainda mais o desenvolvimento industrial”, afirmou o presidente.

O plano nacional prevê a fiscalização e orientação. Os estabelecimentos em que forem identificadas irregularidades terão que corrigir os procedimentos e, em caso de reincidência, poderão ser aplicadas multas de R\$ 100 a R\$ 1,5 milhão, além de sanções como apreensão do produto e perda do registro do Inmetro.



EM MATO GROSSO

# Polícia Federal mira faculdades e advogados contra fraudes no Fies

## Crimes teriam ocorrido entre 2017 e 2021

Mídia News

A Polícia Federal cumpre mandados de busca e apreensão em Mato Grosso e mais seis Estados na Operação Falsa Tutela, deflagrada na manhã desta quarta-feira, 12. A ação visa apurar fraudes praticadas, entre 2017 e 2021, em desfavor da União por meio de recompras indevidas de títulos públicos oriundos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). São 20 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em mais sete estados. Além de Mato Grosso, são alvos Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro,

ro, São Paulo e Sergipe. Além disso, também foi expedida ordem de bloqueios de bens no valor de R\$ 21.282.729,85.

As investigações apontam que, de um lado, o aluno já matriculado em uma Instituição de Ensino Superior - IES privada comparece à instituição financeira (Caixa Econômica ou Banco do Brasil) e contrata o financiamento. Do outro lado, a IES procede com adesão ao programa e disponibiliza os valores que serão convertidos em bolsas de estudo, posteriormente, concedidas aos estudantes beneficiados pelo financiamento.

Em contrapartida, a Instituição passa a ser remunerada mensalmente pela União, por meio de títulos da dívida pública, Certificados do Tesouro Nacional – Série E (CFT-E).

Todo o processo é operacionalizado por meio

do sistema informatizado SisFIES que, resumidamente, permite que, além da adesão ao Fundo, as mantenedoras solicitem a recompra de CFT-E. Nesse escopo, as condutas investigadas decorrem, sobretudo, da inserção de dados fraudulentos junto ao SisFIES e que, por consequência, implicaram na recompra indevida de diversos títulos públicos em favor de diferentes IES.

Em um dos casos, uma empregada terceirizada do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE alterou, de modo indevido, o seu próprio processo de financiamento e o de seu companheiro.

Também restou demonstrada a existência de indícios de atuação de membros de escritórios advocatícios especializados em Direito Educacional. Os advogados, representantes de man-



São 20 mandados no Distrito Federal e em mais sete estados de CFT-E.

tenedoras beneficiadas pelas fraudes, atuavam junto aos servidores do FNDE com fins a possibilitar a reativação/liberação indevida de processos de recompra

Até o momento, já foi identificado o envolvimento de, pelo menos, 20 faculdades localizadas em diferentes unidades da federação.

## TANGARÁ DA SERRA

# Alunos E.E. Militar Tiradentes visitam base da Força Tática

## Aulas aproximam alunos da segurança pública e responsabilidade civil

Redação DS

A visita dos alunos da Escola Estadual Militar 1º Tenente Salomão Fernandes Ferreira Piovezan à base da Força Tática em Tangará da Serra é mais uma estratégia político-pedagógica de aproximar os estudantes da realidade vivida por agentes da segurança pública do município. A iniciativa também tem o objetivo de proporcionar experiências enriquecedoras para eles, como a prática de atividades físicas de alto desempenho e aulas que dialogam com a vocação de cada um. A aluna do segundo ano do ensino médio, Mariana Assis, revela que ter a oportunidade de estudar em uma escola vocacionada a Polícia Militar é uma das melhores experiências



Evento realizado no último dia 6

para qualquer estudante. “É uma instituição que busca desenvolver nossas habilidades e valores para a vida em sociedade, como a disciplina, a responsabilidade, a liderança e o trabalho em equipe. Tudo isso através do nosso cotidiano escolar”, destaca. A Tenente-Coronel e diretora, Nágila de Moura Brandão, revela que estar na escola militar também é um ato de vocação dos alunos:

“Estar neste espaço, aos que não gostam, pode parecer pesado, mas para os que buscam é praticamente um sonho”. É pensando na interação necessária entre sala de aula e cotidiano que essas ações surgem. “Temos nos esmerado em colocar os alunos mais próximos dos profissionais da segurança pública, realizando atividades, instruções e até atividades lúdicas”, conclui a diretora.

## SINOP

# Adolescente de 15 anos é resgatada de casa de prostituição



Ação fez parte de operação

Mídia News

Uma adolescente de 15 anos foi resgada pela Polícia Rodoviária Federal, em uma casa usada como ponto de prostituição em Sinop. O proprietário do local e um “cliente” foram encaminhados à delegacia.

O resgate fez parte da Operação Domiduca, realizada entre os dias 7 e 9 de abril no Município. O objetivo era combater a exploração sexual de menores.

O responsável pelo local foi conduzido às autoridades competentes por suspeita de submeter

crianças e adolescentes à prostituição ou exploração sexual.

Ele também é suspeito de vender, fornecer, servir, administrar e entregar produtos que possam causar dependência a crianças e adolescentes.

O cliente que estava no local foi conduzido para a Delegacia de Polícia Judiciária, suspeito de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de crianças, adolescentes ou vulneráveis.

A menor resgatada foi encaminhada ao Conselho Tutelar do município, para receber assistência e acompanhamento apropriado.

**OPERAÇÃO** - O nome faz menção à deusa Domiduca (Adeona), da mitologia romana. Ela era a responsável por proteger as crianças no caminho de volta para casa.

Durante essa etapa, foram fiscalizados 168 pontos considerados vulneráveis, alcançando um total de 685 pessoas com 83 policiais envolvidos nas fiscalizações.



# ANUNCIE AQUI!

(65) **3326.6501**

# Classificados

## compra & venda

Editais  
& atas

## Entretenimento

*cruzadinhas & diversos*



**GM CRUZE LT SEDAN**  
2015/2015  
AUTOMÁTICO 1.8



**TOYOTA YARIS XLS**  
2010/2009  
AUTOMÁTICA 1.5



**FORD FOCUS SE**  
2014/2012  
AUTOMÁTICO 1.8



**GM ONIX PLUS**  
2020/2021  
MANUAL 1.0 TURBO



**VENDIDO**



**GM TRACKER PREMIER**  
2020/2021  
AUTOMÁTICA 1.0 TURBO



**VW FOX GLI**  
2013/2014  
MANUAL 1.0



**VENDIDO**



**GM ONIX PLUS PREMIER**  
2021/2020  
AUTOMÁTICO 1.0 TURBO



**GM ONIX LS**  
2015/2014  
MANUAL 1.0



**SCANIA P124C 6X4 420**  
2007/2007  
CAMIONETA PASTRE 2008



**SCANIA G420 A 6X4**  
2011/2012  
CAMIONETA ROSSETTI CAIXA ACIA 2014/2016

**CONQUISTE O SEU CHEVROLET O KM!**

Simule os planos disponíveis para conquistar o sonho do Chevrolet Onix com a Condição Chevrolet. Planos em até 84 meses para pagar e você concorre, semanalmente a prêmios de R\$ 25 mil pela Loteria Federal

**J. A. COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - ME, CNPJ Nº 37.438.827/0001-91**, torna público, que requereu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA/MT), em conformidade com as normativas vigentes, a **Ampliação da Licença de Operação (LO)**, para a instalação de novo paiol, em área de 0,2874 hectares, localizado no Sítio Girassol, margem direita do Rio Jauquara, município de Barra do Bugres/MT, para a atividade de **extração de areia e cascalho**, no leito do Rio Jauquara, Zona Rural, município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso. Processo SEMA Nº 368657/2018. Processo ANM Nº 866412/2018.

www.bepinformatica.com.br

fb.com/bepinformatica  
Curta nossa página!

@bepinfo  
Temos Instagram

**B&P**

**B&P Informática**  
*Desenvolvimento de Sistemas*

**65 3326 2299**  
Tangará Shopping Center, Sala 79



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COMARCA DE BARRA DO BUGRES  
1ª VARA DE BARRA DO BUGRES  
Avenida Deputado Heitor Sandoz, 1129, CENTRO, BARRA DO BUGRES - MT - CEP: 78390-000



## EDITAL DE INTIMAÇÃO

**Prazo do Edital: 10 Dias**

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM(JUIZ(A) DE DIREITO SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO

|                                               |                              |
|-----------------------------------------------|------------------------------|
| PROCESSO n. 1002313-75/2021.8.11.0008         | Valor da causa: R\$ 1.100,00 |
| ENFEEC: [Curatela]->INTERDIÇÃO/CURATELA (38)  |                              |
| POLO ATIVO: Nome: WILSON DE OLIVEIRA FREITAS  |                              |
| POLO PASSIVO: Nome: WELLINGTON CAMPOS FREITAS |                              |

**INTIMANDO: TERCEIROS INTERESSADOS**

**FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS**, atualmente em local incerto e não sabido, do inteiro teor da sentença, prolatada nos autos e que segue abaixo transcrita, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento

**SENTENÇA:** Vistos etc. WILSON DE OLIVEIRA FREITAS, qualificado nos autos requereu a interdição de WELLINGTON CAMPOS FREITAS, também já qualificado. Sustentou que o interditando é portador de doença mental crônica, CID 10 F201 que o impossibilita de realizar quaisquer atividade da vida civil. Recebida a inicial, o autor Wilson de Oliveira Freitas foi nomeado curador provisório do interditando. Foi realizada a audiência para entrevista do interditando e na oportunidade determinou a realização de perícia médica. Perícia realizada e laudo juntado ao processo (Id.67098608). Parecer do Ministério Público pugna pela procedência do pedido (Id.94526551). Os autos vieram conclusos. É, em síntese, o relatório. Decido. O processo comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessária a produção de outras provas. O pedido inicial é procedente. Com efeito, a prova produzida nos autos indica a incapacidade civil do interditando. A limitação da capacidade dá-se de forma relativa. Segundo o artigo 4º inciso III do Código Civil, verbis: Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; O médico que realizou a perícia junto à paciente, Dr. Carlos Leonardo A. Cruz apresentou laudo médico onde consta que o interditando apresenta quadro de doença mental grave (CID. F201), e que se encontra incapaz de reger sua vida civil. Tal quadro o torna relativamente inapto para exercer os atos da vida civil e reger seus bens materiais, assim como relativamente incapacitado para praticar atos da vida civil, devendo assim o curador nomeado praticar todos atos necessários em nome do interditando de natureza patrimonial e para cuidados pessoais em razão da moléstia que é portador. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e DECRETO A INTERDIÇÃO de WELLINGTON CAMPOS FREITAS, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil e, por consequência, NOMEIO como CURADOR DEFINITIVO o Sr. WILSON DE OLIVEIRA FREITAS para gerir/administrar os bens e direitos patrimoniais do interditando. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. O curador deverá prestar compromisso nos termos do artigo 759 e seguintes do Código de Processo Civil. Em obediência ao artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil, e artigo 29, inciso V, da Lei 6.015/73, após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE mandado de averbação da presente interdição ao Registro Civil das Pessoas Naturais e PUBLIQUE-SE na imprensa local e no órgão oficial por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, constando do edital, os nomes do interditado e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. CIÊNCIA à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Sem condenação em custas, eis que já deferida a gratuidade à parte autora. Após o trânsito em julgado, devidamente CERTIFICADO e cumpridas todas as determinações constantes da presente sentença, ARQUIVE-SE, mediante as baixas e cautelas de praxe. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Barra do Bugres/MT (data da assinatura eletrônica). **Silvio Mendonça Ribeiro Filho**, Juiz de Direito.

T, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expedit-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, BARBARA CAMILA MACEIRO, digitei.

BARRA DO BUGRES, 12 de abril de 2023.

(Assinado Digitalmente)  
Gestor(a) Judiciária(s)  
Autorizado(a) pelo Provedor n.º 56/2007-CGJ

**OBSERVAÇÕES:** O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMO DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

**INSTRUÇÕES DE ACESSO:** Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: <https://tm.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

**No celular:** com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.

**No computador:** com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QR CODE.

Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.

**ADVOGADO:** 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstucional.tjmt.jus.br/#suporte>.



Este documento foi gerado pelo usuário 040.\*\*\*.\*\*\*-65 em 12/04/2023 13:35:51

Número do documento: 23041211394238100000111319494

<https://pje.tjmt.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento?fileView.seam?w=23041211394238100000111319494>

Assinado eletronicamente por: IVETE FELIZARDO DE OLIVEIRA CARNEIRO - 12/04/2023 11:39:42

# DIÁRIO DA SERRA

**ACCESSE O SITE**



[www.diariodaserra.com.br](http://www.diariodaserra.com.br)

 **INSTAGRAM: @DIARIODASERRA**

**FACEBOOK: DIÁRIO DA SERRA**

**WHATSAPP: (65) 3326-4724**





dia nacional foi de 0,77%. “Nós estamos vivendo uma situação de emprego para a população, investimentos por parte do setor privado incentivado em muito pelas políticas públicas costuradas pela gestão Mauro Mendes e, como diz o vice-governador Otaviano Pivetta, uma política de ‘fazimento’. Os dados da Jucemat e do Caged apontam o resultado de anos de trabalho e o rumo que o Estado vai seguir”, destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda. Além disso, o secretário destaca que obras estruturais tocadas pelo Governo como a construção de novos hospitais, pavimentação e restauração de rodovias, escolas públicas, entre outros setores como turismo, habitação, geraram milhares de empregos em Mato Grosso.



OBOTICÁRIO

até **30%**

DE DESCONTO  
EM ITENS  
SELECIONADOS\*

**80004**  
MAYON NÍQUEL AHA (200ML)  
SÉRIE RECONSTRUÇÃO 200 g

DE R\$ 60,00  
POR R\$ 42,00

EXCLUSIVO DE RUM

Tratamento de pele para a rotina de pele, hidratando e promovendo a renovação celular.



**80004**  
ELABORATA MY BLUE  
DESODORANTE  
CÓSMICA, 75 ml

DE R\$ 50,00  
POR R\$ 35,00

EXCLUSIVO DE RUM

Tratamento com óleos de baunilha, ylang ylang e cardamomo de Madagascar e Baobab de Madagascar.



**80004**  
QUASAR BRASILEIRO  
SOLAR  
SÉRIE ANTI-ENVELHECIMENTO  
150 ml

DE R\$ 50,00  
POR R\$ 35,00

EXCLUSIVO DE RUM

Perfume para homens, sofisticado e de fácil manutenção.



**80004**  
BUTILNÁPROXITO TUM SOLAR  
SÉRIE ANTI-ENVELHECIMENTO  
150 ml

DE R\$ 50,00  
POR R\$ 35,00

EXCLUSIVO DE RUM

Ativa a regeneração da pele, hidrata e protege a pele contra os efeitos nocivos da radiação solar.



FALE COMIGO PARA RECEBER AS PROMOÇÕES

0800 744 0010



\*Reservados todos os direitos. O uso das imagens é meramente ilustrativo. O preço original é informado no momento da publicação. Exclui-se a participação em promoções de caráter beneficente. Exclui-se o uso das imagens para fins de publicidade. Imagens não representam fidelidade. \*Até o limite de 10 unidades por cliente.

**Tangará Shopping - 65 3326 7534 | Avenida Brasil - 65 3326 4044**